

# Captura Crítica

## MANIFESTO POR UMA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA

### *MANIFESTO FOR A NECESSARY UNIVERSITY*

**Macell Cunha Leitão<sup>1</sup>**

Centro Universitário Uninovafapi, Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: macellbr@hotmail.com.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3213-6263>

Artigo recebido em 10/12/2021.

Aceito em 05/07/2022.

**Captura Crítica, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 5-20, 2021.**  
**ISBN: 1984-6096**

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor no Centro Universitário Uninovafapi e no Instituto de Ensino Superior ICEV.



## MANIFESTO POR UMA UNIVERSIDADE NECESSÁRIA\*

### MANIFESTO FOR A NECESSARY UNIVERSITY

#### 1 Considerações iniciais

Agradeço, inicialmente, ao convite para participar deste evento, que me estimula a revisitar temas com os quais trabalho, de diferentes maneiras, há algum tempo. Quando ingressei no ensino superior, no primeiro ano do meu curso de Direito, executamos um projeto de iniciação científica que tinha como tema o que chamávamos à época de *crise* do ensino jurídico. É interessante observar como as críticas feitas naquele período permanecem em vasta medida atuais e como os problemas infelizmente se repetem, tornando necessária a iniciativa de repensar permanentemente o papel da Universidade no Brasil. A proposta no nosso encontro de hoje, que une um público tão diverso e certamente apaixonado pela educação, é resgatar um questionamento feito de maneira muito provocativa por Darcy Ribeiro (1986; 1991) em várias de suas obras: Universidade para quê? Ou, poderíamos dizer, que Universidade temos? Qual é o nosso projeto educacional? O que queremos construir *na e a partir* da educação superior brasileira?

Sugiro um debate aberto que questione radicalmente o papel da Universidade. A ideia consiste em um convite à construção de um pensamento *crítico* sobre uma questão social que diz respeito muito diretamente a todos nós e às possibilidades de futuro da sociedade brasileira. Precisamos erigir coletivamente um pensamento que não se conforme com a mera reprodução do instituído, que não naturalize as coisas como elas “são” – o que nada mais é do que o modo com as quais se apresentam em uma dada conjuntura histórica. Tenho consciência que se trata em larga medida de um discurso incômodo. Frequentemente, aqueles que enunciam um discurso que desafina o coro dos contentes são encarados como *mal-ditos*. Contudo, concordo com a psicanálise que existe uma questão ética envolvida na arte de bem dizer. (CABAS, 2002)

---

\* O texto consiste em uma versão revisada da palestra *Crise da Educação Superior Brasileira e a Universidade Necessária*, proferida em encontro virtual dos alunos brasileiros da Universidade Nacional de Rosário em agosto de 2020.

Sendo assim, entendo que existem dois caminhos quando se trata de travar um diálogo, como o que proponho hoje.

Um caminho é seguir por aquilo que podemos chamar de uma *etiqueta da conversa*. Imagine um encontro habitual com um conhecido. É esperado que vocês tenham posicionamentos divergentes sobre uma série de temas, porém, na maior parte das ocasiões, esses momentos se caracterizam por uma certa cordialidade, uma superficialidade que faz com que um não queira desagradar ao outro. Dentro dessa lógica, é muito comum que se evite discordar do que o outro está dizendo, de tal modo que ambos saem desse suposto encontro da mesma maneira que entraram. Em detrimento desse modo de dialogar, no qual as subjetividades não se apresentam, proponho uma *ética da fala*. O que diferencia a ética da fala de uma etiqueta da conversa? A ética da fala representa o discurso de um sujeito que está implicado na sua enunciação. Um sujeito que se responsabiliza pelas palavras que pronuncia, fazendo do seu discurso a manifestação de uma singularidade. Ao nos pautarmos pela ética da fala, é mais provável que um encontro tenha um caráter disruptivo e transformador entre os sujeitos que ousam deixar de protagonizar um jogo de máscaras que estrutura de maneira permanente e oculta as nossas relações cotidianas mais naturalizadas. (PHILIPPI, 2010)

Portanto, proponho que façamos um diálogo crítico sobre a Universidade, de modo a analisar como a ciência se estrutura no Brasil, pensando as estruturas que condicionam a produção do saber acadêmico em nossa realidade periférica em sua relação com a ideologia que governa (de maneira anônima, é claro) esse modo de produção do conhecimento. Minha tese pode ser resumida na defesa de dois pontos centrais, os quais têm a finalidade de suscitar a implicação subjetiva de todos nós que fazemos a Universidade no Brasil, enquanto professores, pesquisadores e alunos.

O primeiro ponto consiste em explicar as razões pelas quais, geralmente, mesmo o acadêmico que atende aos chamados padrões de excelência internacionais na sua produção científica não entende o verdadeiro modo de produção do conhecimento científico que vigora em nosso país. O pesquisador que tem êxito nos ciclos universitários – publica os seus trabalhos em revistas internacionais, participa de jornadas acadêmicas mundo afora – não entende o funcionamento da máquina que se propõe a operar. Por mais que seja um estudioso altamente qualificado, não é incomum que esse acadêmico termine por se reduzir ao papel de um técnico que aplica de maneira acrítica uma série de ferramentas conceituais das quais desconhece até mesmo as origens, ignorando, o que é ainda mais grave, os efeitos deletérios desse paradigma de ciência nas condições de vida do nosso país.

O segundo ponto consiste em destacar que esse desconhecimento sobre o modo de funcionamento da Universidade não é inútil. Pelo contrário, a alienação do modo de produção do conhecimento na Universidade brasileira é uma forma de perpetuar aquilo que Álvaro Vieira Pinto (2008) chama de “vale de lágrimas”, naturalizando uma sociedade radicalmente desigual que abandona a maior parte da população à sua própria sorte.

Falar do Brasil me traz à memória o otimismo de Darcy, que apontava que tínhamos todas as condições para ser uma nova Roma. Mas, tampouco podemos esquecer que fomos o último país das Américas a abolir a escravidão. Existe uma conexão entre essa recusa do acadêmico em entender criticamente o funcionamento da Universidade e a realidade social brutal que vivenciamos em uma das nações mais desiguais do mundo. Aliás, a própria ideia de um acadêmico desvinculado da realidade que se passa em seu país deve ser severamente questionada. Precisamos acabar com essa concepção cientificista que legitima a postura de um estudioso aparentemente neutro e profundamente indiferente aos dramas sociais do seu próprio povo.

## **2 O baile de máscaras do academicismo como espaço de reprodução do colonialismo**

A Universidade tem um papel na sociedade que, assim como outras instituições, opera na forma de uma naturalização. No caso do espaço acadêmico, essa naturalização consiste em pacificar um processo de apartamento entre quem está dentro da Universidade e aqueles que estão fora dela, isto é, em legitimar uma separação entre os aprendizados, o status e as condições de vida daqueles que tiveram a oportunidade de se integrar aos ciclos acadêmicos e a realidade de extrema opressão vivida pela imensa maioria de pessoas que não habitaram, ainda que de maneira meramente formal e protocolar, o ambiente universitário.

Se analisarmos a questão do ensino, que não é o foco no momento, o diagnóstico de uma educação bancária de Paulo Freire (2001) permanece mais atual do que nunca. Os anos de formação acadêmica dentro da Universidade continuam restritos ao ensino ministrado através de manuais superficiais, em unidades disciplinares desconexas que exigem dos alunos a memorização de conteúdos previamente estabelecidos. Algo injustificável do ponto de vista científico e até mesmo do ponto de vista estritamente profissional, mas que vem sendo reforçado pela lógica dos exames que os alunos precisam fazer ao término do curso ou, até mesmo, pela dinâmica dos concursos que afetam sobremaneira o ensino universitário. Existe uma apatia generalizada de estudantes e professores que caracteriza uma verdadeira paz dos

cemitérios dentro das salas de aula. O ambiente de ensino na educação superior brasileira é, infelizmente, de uma prostração impressionante. Falo isso como alguém que nos últimos meses vem ministrando aulas no modelo remoto em razão da pandemia da COVID-19, mas acredito que a virtualidade está apenas escancarando a apatia que já era sentida no ensino tradicional.

Acrescento ainda uma última observação nesse quesito do ensino. Vigora atualmente uma falta de leitura crônica dos nossos acadêmicos. O hábito enraizado de ler – refiro-me à leitura de livros, de trabalhos científicos, de literatura de qualidade, de obras clássicas – tem se tornado especialmente raro dentro do ambiente acadêmico. É impressionante como os dispositivos de mídia, como, por exemplo, o Youtube, que, malgrado disponibilizem em alguns momentos conteúdos relevantes e significativos, têm invadido a formação dos estudantes de maneira a comprometer um hábito fundamental no processo de desenvolvimento intelectual. Um grande contingente de universitários tem se restringido a estudar por resumos, slides e videoaulas, que são incapazes de proporcionar uma adequada formação científica. Em síntese, o diagnóstico freireano não apenas permanece atual no seu teor crítico, como a realidade do ensino vem sendo agravada pela inaptidão da comunidade acadêmica em incorporar as modificações trazidas pelas novas tecnologias.

Avançando para a questão da produção do conhecimento científico, entendo que a Universidade está presa em um modelo caracterizado pela hiper especialidade. Os mestrandos e doutorandos aqui presentes sabem muito bem disso. Os orientadores e professores de metodologia reforçam a cada dia a necessidade de recortar ainda mais o objeto de estudo, o que, em tese, está correto. Contudo, não se trata apenas de uma delimitação provisória inserida no escopo mais amplo de desenvolvimento de um programa de pesquisa consistente sobre um tema socialmente relevante. O início e o fim da pesquisa se concentram muitas vezes em um recorte tão específico que a investigação perde o sentido. A pesquisa ganha rigor de um ponto de vista estritamente técnico, mas perde aplicabilidade prática na compreensão crítica das grandes questões nacionais.

O problema é que a forma de desenvolvimento da pesquisa em nossas Universidades está presa a um modelo burocrático que é deletério para o próprio pensamento. É incrível como ainda encontramos professores de metodologia de pesquisa que ministram aos seus alunos basicamente as regras da ABNT! Quer dizer, ensinam as regras de formatação técnica dos trabalhos emitidas por uma instituição privada, ao invés de discutirem propriamente os métodos e as técnicas de desenvolvimento de um conhecimento rigoroso e crítico. Tudo isso faz com que a pesquisa seja concebida por parcela majoritária dos estudantes como uma questão

meramente formal, razão pela qual as velhas “perguntas” permanecem: quantas páginas têm uma tese? Quantas citações precisam constar no meu trabalho? Quanto tempo tenho para terminar a minha pós-graduação?

A questão decisiva é que esse formalismo não apenas passa ao largo do objetivo de construir uma tradição científica sólida em nosso país, sendo também um meio para alimentar a lógica produtivista que vigora no meio acadêmico. A Universidade se transforma em um verdadeiro chão de fábrica. Qual é o trabalho hoje de um pesquisador que deseja estar integrado aos ciclos acadêmicos? Produzir cada dia mais. Uma produção que, conforme vou aprofundar mais adiante, segue uma lógica colonizada em relação aos padrões ditos internacionais. Fico particularmente abismado quando vejo – com todo respeito a quem pensar diferente – instituições públicas brasileiras disponibilizando disciplinas de mestrado e de doutorado em inglês. Qual é o sentido de nós, no Brasil, estarmos dentro de uma sala de aula falando em inglês com alunos brasileiros? A quem interessa, de fato, esse mantra da internacionalização?

Em texto de título muito sugestivo, *A coruja na gaiola*, Alessandro Pinzani (2009, p. 148) reflete sobre essa contradição entre o suposto rigor acadêmico e a verdadeira busca intelectual:

Como eu deveria reagir se um aluno de nome Friedrich Nietzsche apresentasse como dissertação ou como tese um texto como Assim falou Zarathustra? Provavelmente, segundo os cânones do sistema acadêmico, deveria reprová-lo. Exortar o autor a reescrever seu trabalho de maneira inteligível, a considerar a literatura crítica, a fazer notas de rodapé (um trabalho sério deve ter notas de rodapé: esta é uma regra fundamental da Academia atual).

Podemos avançar esse questionamento no sentido de indagar, aliás, sobre o que seria de Sócrates, que se recusou a escrever a sua filosofia, no reino do produtivismo? Como sabemos, seus diálogos são transcrições feitas por seus discípulos. O nosso modelo acadêmico certamente iria execrar – tratar como “improdutivo” – um sujeito que, ao invés de produzir mecanicamente *papers* que alimentam as estatísticas oficiais, decidisse ir até a praça pública dialogar com os cidadãos para extrair maieuticamente a verdade desse processo dialético.

Como passar cinco, dez anos elaborando um estudo que contribua para determinado campo de estudo, ou até mesmo que tenha um sentido intelectual para o país, tendo que publicar artigos e mais artigos? No reino produtivista do “publique ou pereça!” vigora a ideia de que o artigo bom é o artigo publicado, de modo que os autores estão muitas vezes privados de tempo para um adequado amadurecimento das teses que estão colocadas em seus trabalhos precocemente divulgados. Portanto, a questão que precisa ser colocada é entender quais os

efeitos advindos desse modelo que, como já se pode antever, atende a interesses muito determinados. Destacarei dois pontos que me parecem centrais.

Em primeiro lugar, existe um sentido de formação de capital cultural nesse modelo universitário. Atualmente, sobretudo após a expansão desenfreada na abertura de vagas do ensino superior privado, muitas pessoas passaram a portar um título de ensino superior sem obter a tão almejada ascensão social e econômica. Como diria Eliane Botelho Junqueira (1999), referindo-se aos cursos de direito, as faculdades se transformaram em verdadeiras fábricas de ilusões! Contudo, a despeito dessa precariedade de acesso ao capital econômico, as pessoas que integram o ambiente universitário passam a falar de um lugar autorizado. Seus títulos não implicam em uma mudança significativa na formação intelectual e tampouco lhes assegura um espaço destacado no mercado de trabalho (muitas vezes, inclusive, pela própria precariedade das condições para ingresso e permanência nesse ambiente universitário). Porém, ainda assim, essa pessoa adquire um capital cultural. Ter o título de bacharel ou de especialista é uma forma de prestígio social, é uma forma de integrar um grupo de *status* distinto. O reconhecimento social dessa posição permite que o egresso da Universidade fale na condição autorizada de quem fez ensino superior, como quem vivenciou os rituais de um lugar que, por mais precário que seja, dispõe de seus privilégios. A Universidade funciona, assim, como um espaço de autorização, de construção de autoridades.

O problema é que os anos de formação nesse ensino formalista, fragmentado, bancário não permite efetivamente que a pessoa constitua uma alta cultura. Não sei se os argentinos têm dimensão disso que vou falar agora, pois acredito que vocês ainda tenham um hábito de leitura disseminado socialmente muito maior do que os brasileiros. A elite brasileira é profundamente ignorante. Isso se reflete no despreço que possui pela cultura nacional. Percebemos essa realidade nitidamente quando analisamos a construção social dos gostos da classe média brasileira. Os egressos dos cursos superiores não adquirem nenhum refinamento musical, artístico, estético etc. Não se desenvolve uma reflexão sobre o teatro, o cinema, as artes em geral. Quer dizer, o processo universitário funciona como uma forma de confirmar, de assegurar esse segmento da elite de sua própria ignorância. Os anos de formação acadêmica servem, portanto, para conferir prestígio social, para talvez oportunizar certo êxito econômico, mas quase nunca para impactar de maneira significativa na formação cultural do estudante.

A relevância dessa chancela da ignorância pode ser verificada numa interpretação da expressão muito conhecida “só sei que nada sei”. Muitos dizem que essa frase não tem nenhum sentido, que é uma contradição em termos. Na verdade, o que o Sócrates coloca é que o filósofo,

enquanto amigo do saber, está no meio termo entre o ignorante e o sábio. O que é o ignorante? É aquele que *não sabe que não sabe*. O que é o sábio? É o que *sabe que sabe*. Sócrates percebe que tanto o que *não sabe que não sabe*, quanto o que *sabe que sabe* têm um ponto em comum. Ambos não querem saber. Um não procura o saber por não ter ciência da sua ignorância. O outro também não procura saber por achar que já o detém. A figura do filósofo – etimologicamente, o amigo do saber – pressupõe o *saber que não sabe*. Isso é decisivo, pois o saber fundamental é a consciência de uma carência. O problema é que, ao conferir prestígio social para uma pessoa que não vivencia um processo de reconhecimento daquilo que lhe falta, a Universidade termina por entregar um capital cultural que confirma paradoxalmente a validade da própria ignorância. A entrega do diploma constitui simbolicamente o fim de um processo educacional que é necessariamente permanente.

O segundo ponto que gostaria de destacar acerca do modelo universitário brasileiro é que esse capital cultural carrega consigo a marca de um colonialismo acadêmico que lhe é estruturante. Esse é um ponto central se quisermos mudar os rumos da Universidade no Brasil. O nosso modo de produzir conhecimento está centrado na importação de teorias estrangeiras. Os pesquisadores nacionais atuam permanentemente no sentido de importar o que está sendo produzido nos grandes centros, tratando essa repetição do estrangeiro como autêntica produção do conhecimento científico. Abro aqui um parêntese para falar um pouco da minha experiência pessoal. No meu mestrado, estudei a recepção de um autor norte-americano na prática jurídica brasileira e a conclusão que cheguei nos faz pensar sobre o sentido do que fazemos dentro dos muros da Universidade nacional. Tratava-se, à época, de um estudo sobre um dos autores mais conhecidos no campo da filosofia do direito, Ronald Dworkin. O primeiro dado que percebi, e me chamava a atenção, era que o próprio autor dizia sucessivas vezes que estava escrevendo pensando na realidade jurídica da Inglaterra e dos Estados Unidos que, além do mais, são países de *common law*. Sua teoria não se reportava sequer à realidade da Europa continental! O segundo dado foi perceber que o propósito da teoria dele era limitar o poder de interpretação dos juízes. Contudo, ao chegar no Brasil, seu pensamento produziu efeitos inversos aos pretendidos, marcando a formação de uma nova tradição jurídica que fortalece exatamente a arbitrariedade e o decionismo. Não basta termos sido explorados e que nossas riquezas tenham alimentado o desenvolvimento dos países centrais. A espera pelas “luzes” vindas da Europa e dos Estados Unidos faz com que sejamos colocados objetivamente nesse vale de lágrimas sem enxergar a nossa própria realidade e, muitas vezes, sem nos perguntarmos sobre o significado daquilo que estamos fazendo.



### 3 Fuga da realidade nacional e naturalização do vale de lágrimas

Essa história do colonialismo tem um capítulo muito interessante que alguns de vocês já devem ter escutado. Conta-se que certa vez o Habermas veio dar uma palestra aqui no Brasil e, ao final da sua exposição, perguntaram como sua teoria do agir comunicativo se aplicava na periferia. O filósofo europeu respondeu para o auditório cioso pelas suas descobertas que sua obra foi pensada para a realidade alemã, o que equivaleu a dizer que nos cabe evidentemente resolver as questões locais. Vejam quão irônico é essa insistência na cópia do estrangeiro que caracteriza o colonialismo. Até quando vamos continuar repetindo essa impostura que busca reproduzir aqui a última teoria da moda, a última coisa que escreveu um autor europeu ou norte-americano? Repetir como se fosse uma verdade revelada ou, ainda pior, como se essa discussão pudesse dar conta dos dramas característicos da realidade nacional.

Tem um exemplo muito interessante sobre isso que está no livro *Crítica à razão acadêmica*, organizado pelos professores do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, o qual recomendo fortemente a todos que tenham interesse nesse tema. Em um dos capítulos dessa obra, Nildo Ouriques faz uma análise bastante instigante com base em um discurso do então Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, que em determinada audiência pública teria apontado que produção científica não significa necessariamente inovação. Diz o professor da UFSC no referido texto:

Na mesma oportunidade Mercadante tocou no problema, ainda que tangencialmente: mencionou como exemplo a copaíba (um anti-inflamatório cicatrizante) cujos estudos sobre o óleo de copaíba (*Copaifera sp*) são majoritariamente de cientistas brasileiros (76% dos estudos) e no entanto, das 35 patentes nos últimos dez anos não há uma sequer com registro nacional: EUA detêm 17, Japão 8, União Europeia 3, China 2... O Brasil não tem uma patente sequer deste produto genuinamente nacional e que mereceu análise e pesquisa de nosso sistema de pós-graduação. (OURIQUES, 2011, p. 100)

Qual o problema por trás dessa lógica? Todo pesquisador nacional, para que possa pleitear uma vaga num concurso público para professor ou mesmo para obter financiamento para suas pesquisas, precisa produzir. A lógica, ditada propositadamente em inglês, é *publish or perish!* Só que não basta apenas quantidade de trabalhos (o que também é bastante valorizado pelas agências do setor), é preciso que a publicação ocorra nas chamadas “revistas qualisadas”. Isso significa que a produção científica vale mais quanto maior for o estrato da revista. Se a publicação ocorre nas revistas A1 e A2 – que são as ditas revistas internacionais – a pontuação do currículo é muito maior do que nas revistas B1 a B5 e não pontua quase nada caso a

publicação ocorra em uma revista *qualis* C. Ou seja, a lógica de produção é a publicação em revistas que tenham uma classificação alta, inclusive nas revistas chamadas de internacionais. Acontece que a maior parte desses periódicos estão localizados em centros de pesquisa dos países desenvolvidos. Portanto, conforme ilustra o caso do óleo de copaíba, estamos pegando uma substância tipicamente nacional e financiando com a nossa estrutura a produção de um conhecimento que será enviado para fora. O professor que publica esse trabalho volta para seu departamento muito orgulhoso de seu grande feito. Só que esse mesmo pesquisador – e essa é uma crítica certa trazida pelo intelectual catarinense – quando for na farmácia comprar um remédio, vai pagar *royalties* para consumir um produto que sua atividade intelectual ajudou a fazer!

Vejam que essa dinâmica revela um profundo desconhecimento da parte da maioria dos acadêmicos sobre o verdadeiro modo de produção do conhecimento científico. As palavras de ordem do cientificismo reinante avocam a submissão a um padrão internacional, a uma internacionalização dos cursos. Mas o que significa, na prática, essa internacionalização? Seria por acaso um padrão *universal* de ciência? Pergunto enquanto pesquisador da área jurídica: será que os problemas jurídicos do Brasil são os mesmos das revistas A1 que estão nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália e etc.? Não, não são e a razão para isso é muito simples: toda revista científica tem uma política editorial que, por sua vez, é ditada pelas Universidades de acordo com os interesses do seu Estado soberano e de suas grandes empresas metropolitanas. Não são revistas buscando um saber neutro e universal, mas centros de pesquisa que estão colocados a serviço do desenvolvimento de seus próprios países. É exatamente por submeter a produção do conhecimento a seus interesses nacionais que esses países conseguem garantir um padrão mínimo de vida à maior parte da sua população! (OURIQUES, 2011)

Por essa razão, precisamos criticar permanentemente a figura do acadêmico, do técnico, do sujeito que geralmente é muito estudioso, muito dedicado em seu campo de pesquisa, mas que não questiona o modo de produção do conhecimento no qual está inserido, praticando uma servidão voluntária a interesses que sua inteligência ignora de maneira muito conveniente. Interesses praticamente desconhecidos, mas muito bem orquestrados para reprodução do capital dos grandes monopólios, servindo diretamente àqueles que detêm o poder econômico em escala global. O ostensivo orgulho da façanha de ter publicado em uma revista A1 ou de ter sido chamado para participar de um evento dito internacional esconde a real condição de tabelião de ideias estrangeiras. (OURIQUES, 2011)

Para comprovar o fracasso de nosso modelo universitário basta compararmos com as políticas educacionais dos Estados desenvolvidos. Enquanto nosso esforço nacional vai no sentido de enviar pesquisadores para estudar fora, esses países querem exatamente receber. É o fenômeno que todos já ouviram falar com o nome de fuga de cérebros. As grandes instituições de ensino norte-americanas possuem especialistas de vários lugares do mundo, que compõem um quadro geral de estudiosos advindos de todas as regiões do planeta. A razão para isso é óbvia: a máquina metropolitana está diretamente interessada em ter conhecimento de máxima qualidade sendo produzido lá dentro para atender a seus interesses estratégicos e tudo isso, claro, em inglês. (OURIQUES, 2011) Enquanto isso, na Universidade periférica, estamos igualmente ministrando cursos em inglês, escrevendo em inglês, publicando em inglês, enviando trabalhos para revistas norte-americanas. Será que ao sair da porta de seu laboratório ou de sua biblioteca e ver pessoas nas ruas pedindo esmola, ver toda a dramaticidade desse vale de lágrimas, o acadêmico não percebe que existe uma relação entre o descaso para com a nossa realidade e a ausência de condições para sua superação?

Acontece que a Universidade blinda o acadêmico desse questionamento público. Afinal, a construção social de um professor renomado passa essencialmente pela obtenção inicial de um título de doutor e pela criação de “panelas universitárias”. O acadêmico imune à crítica tem seu próprio grupo para organização de eventos, publicação de textos, formação mútua de bancas e, tantas vezes, para favorecimento em concursos para as Universidades públicas. Desse modo, o pesquisador precisa ter o seu título, integrar um gueto e começar a publicar a qualquer preço. O acadêmico que cumpre com esses requisitos está livre para se converter à igreja teórica que quiser – teoria analítica, psicanálise, estruturalismo, Habermas, Kant... tanto faz. Por mais alienado que seja, seu discurso estará sempre validado, deixando a realidade social brasileira ao largo de tudo que se discute.

Por essa razão, o questionamento de Darcy Ribeiro (1986) neste livro, que mais uma vez recomendo a leitura, é tão pertinente. A pergunta é simples e profunda: para quem serve esse conhecimento? A quem atende esse modelo universitário? No seu estilo provocativo, Darcy chega ao ponto de argumentar que, mesmo um filósofo que se coloca muitas vezes no pedestal da abstração, precisa justificar para que serve o conhecimento que produz. Nesse sentido, a Universidade não pode ser a casa de um saber desinteressado e erudito, mas deve sim se voltar para o esforço coletivo de colocar o “Brasil como problema”. A ideia consiste em defender que os cientistas devem se unir em seus diferentes campos de conhecimento com a finalidade de entender o Brasil, de compreender as causas do nosso atraso. Somente quando

assimilarmos que este é o propósito essencial de todos aqueles que exercitam a atividade intelectual, estaremos em condições de construir a Universidade necessária, uma Universidade à altura dos nossos problemas. O inverso também é verdadeiro. Adotar uma postura sarcástica, complacente com um modelo perverso de Universidade é contribuir para a perpetuação desse inaceitável vale de lágrimas, que naturaliza as desigualdades e as injustiças ajudando a formar a ideologia de que as violências cotidianas a que estamos submetidos são insuperáveis neste mundo.

#### **4 Considerações finais: a construção da Universidade necessária**

Acredito que tenha colocado questões suficientes para essa reflexão inicial, de modo que poderemos aprofundar determinados pontos no nosso debate. Contudo, antes de finalizar propriamente a minha fala, entendo que seja importante encerrar em um sentido, em alguma medida, propositivo. Muitos intelectuais, artistas, filósofos têm recaído ultimamente em uma onda melancólica que é bastante prejudicial para arregimentar as iniciativas necessárias para transformação dessa realidade. O sentimento de derrotismo, que reproduz o mantra alienado de que nada no Brasil dá certo, comunga com esse estado de conformação à realidade tal como ela se encontra. Conforme enfatizei no início da exposição, a ideia de que a educação superior não pode funcionar de uma outra maneira é uma ideologia. Se essas instituições são construídas por nós, é óbvio que podemos modificá-las, por mais que, como nos recorda o velho Marx, não possamos escolher as condições na qual nossa luta pela transformação irá ocorrer. Portanto, permitam que eu termine apontando para as possibilidades, caso contrário a impotência cientificista – que é o nosso objeto de crítica – encontrará terreno fértil nos discursos do senso comum de que “nada deu certo”, “nada presta” e, em última instância, que não adianta se insurgir contra esse estado de coisas.

Nos países desenvolvidos, que de maneira geral são as nações que historicamente colonizaram e constituíram a periferia do sistema mundo, a Universidade é criada para consolidar um desenvolvimento que já aconteceu. Sabemos, desde o clássico *O ornitorrinco* do sociólogo Chico de Oliveira (2003), a dificuldade que temos hoje para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico desses países. Contudo, mantendo aqui uma linha pragmática sobre o que ainda pode ser feito, concordo mais uma vez com Darcy Ribeiro quando ele propõe que precisamos constituir uma Universidade-semente. De acordo com o seu argumento, para que possamos realizar uma aceleração evolutiva, a Universidade brasileira não

pode ser apenas um reflexo do que vem do estrangeiro, mas sim uma instituição voltada a pensar com originalidade e audácia seus próprios caminhos para superação de injustiças históricas. A tese básica é que o espaço de construção do saber científico não pode se dedicar a uma fruição erudita do conhecimento estabelecido, não pode ser um lugar que estimule o gozo com um saber desinteressado e muito menos com a vaidade acadêmica. Para tanto, precisamos cultivar a concepção de uma Universidade livre, de uma Universidade aberta a quem pensa diferente. Mas, sempre lembrando que essa liberdade deve vir acompanhada de responsabilidade! Entendo que, hoje, a liberdade acadêmica existente nas instituições públicas de educação superior vem sendo deturpada pela construção de igrejas teóricas, pela produção desenfreada e acrítica de *papers*, pela busca vil por reconhecimento dos centros “internacionais” de produção do conhecimento, distanciando o trabalho intelectual na periferia dos dramas reais do nosso povo.

Concluo essa fala convidando todos vocês, que pretendem construir o espaço universitário, a cultivarem essa arte da responsabilidade intelectual. Convido também para que reconheçam que não estamos derrotados. Temos o dever de acreditar que estamos em condições de fazer história, de transformar os rumos da educação e do desenvolvimento do nosso país. Mas, o que mudar?

Em primeiro lugar, quero propor um resgate do debate que aconteceu na Argentina em torno da reforma de Córdoba. Claro que muita coisa ali não serve mais. O próprio Darcy já apontava como algumas ideias não se aplicam mais da mesma forma, mas têm muitos outros pontos que merecem nossa observação atenta. Cito aqui, a título de exemplo, o desafio de fixar um mandato para o exercício da docência, só renovável mediante apreciação da eficiência e da competência do professor. Estou ciente da dificuldade e da polêmica inerentes a essa ideia, porém peço que reflitam: quantos doutores vocês conhecem cujo único trabalho de fôlego foi sua própria tese de doutorado? Quantos professores vocês conhecem que estão há décadas no ambiente blindado do espaço universitário e não produziram um pensamento sólido, mesmo usufruindo das condições materiais e institucionais para tanto? É óbvio que essa questão deve ser analisada de acordo com o contexto. Não estou me referindo aos docentes da grande maioria das instituições privadas que estão submetidos à lógica do professor horista “auleiro”, tendo que ministrar aulas em várias muitas turmas, assumindo disciplinas de vários campos de conhecimento, isto é, sem recurso ou incentivo para pesquisa. Penso, especificamente, na realidade de instituições públicas pelo seu forte compromisso social. É inadmissível que ainda hoje existam professores que após se efetivarem deixam de estudar e, quando muito, passam a

sustentar seus padrões de publicação na produção científica de seus orientandos. A academia não pode ser um espaço para pessoas medíocres ou acomodadas, para supostos intelectuais que não querem estudar e tampouco para estimular uma produção quantitativa que alimenta apenas as estatísticas. Por isso, devemos defender a liberdade de cátedra no sentido profundo do termo. Liberdade de pensamento sim, mas jamais o exercício autoritário de um cargo no qual um professor se considere proprietário de determinado espaço, de maneira que não precise prestar contas para a Universidade e para a própria sociedade sobre o sentido de sua atividade.

Tampouco considero que seja possível conciliar a liberdade de cátedra com o livre mercado. Certa vez conversei com uma colega que dizia que, na instituição privada na qual trabalhava, era obrigada a passar sucessivos trabalhos para que todos pudessem ser aprovados ao final do semestre, como forma de evitar a evasão dos alunos. Ora, se a educação superior atinge esse grau de mercantilismo, no qual o professor não tem autonomia sequer para reprovar um aluno que não obteve aproveitamento mínimo em sua matéria, na prática, o que resta prejudicado é a própria relação de ensino-aprendizado. Por isso, insisto: somente a verdadeira liberdade de cátedra fornece as condições para a transmissão do conhecimento e para a construção de um saber insubmisso aos poderes instituídos. Daí a necessidade de lutar permanentemente contra o compadrio, a mediocridade, o produtivismo, o colonialismo, o mercantilismo que atravessam a educação superior brasileira.

Por fim, defendo que essa mudança deva ocorrer também no sentido de pensar nossa realidade nacional, de fazer com que a Universidade apresente soluções para os nossos problemas. Tenho ciência do tamanho desse desafio, inclusive porque em muitas áreas de conhecimento faltam até mesmo os recursos metodológicos para uma reflexão autêntica sobre nossa especificidade. A dificuldade desse processo está ligada à necessidade de invenção, de superação do paradigma instituído e, em determinados casos, até mesmo da construção de um novo modo de fazer ciência. No meu próprio campo de origem, a Filosofia do Direito, existe o hábito de traduzir, reproduzir, explicar, problematizar as ideias de um autor estrangeiro e entender esse esforço como autêntica produção de conhecimento. Contudo, não existe receita pronta para responder a esse desafio de como a ciência pode servir para a superação das causas do atraso brasileiro. Por essa razão, minha argumentação foi no sentido de defender a atualidade do convite de Darcy Ribeiro. Para que possamos nos encaminhar nessa direção é preciso resgatar o ponto de vista ético que mencionei no início da minha fala. À implicação subjetiva que precisamos ter em relação ao nosso discurso deve corresponder uma estrutura institucional

da Universidade brasileira implicada na superação das explorações e opressões na qual vive a maior parte do povo brasileiro.

Considerando que o exemplo conta mais do que as palavras, gostaria, então, de finalizar lendo para vocês um trecho do prefácio do livro *O povo brasileiro*, do Darcy Ribeiro. Creio que muitos de vocês devam conhecer um pouco da história desse brasileiro que foi ministro da Educação e depois ministro da Casa Civil do governo Jango. Diante do golpe militar, ele teve que sair do país e retornou depois para ajudar a refundar o projeto de um país soberano junto com Leonel Brizola. Destaco esses aspectos para demonstrar que não se trata apenas de um acadêmico brilhante em diversos campos de conhecimento (antropologia, sociologia, educação), mas também de um político destinado a viver e a transformar o Brasil. (VASCONCELLOS, 2015) No final da sua vida, Darcy estava com câncer no hospital e decidiu sair para concluir o livro que entendia como sua obra mais importante, *O povo brasileiro*, a qual sintetizava décadas de seu estudo sobre o Brasil. No último parágrafo do prefácio, que conta um pouco essa história, Darcy Ribeiro (2006, p. 16) traz uma mensagem que, na minha opinião, deveria ser lida por todo cientista. Todo pesquisador, todo acadêmico, todo intelectual antes de se dizer neutro, antes de se desimplicar, antes de entender que seu trabalho não tem relação com a superação desse vale de lágrimas, deveria ler o seguinte: *“Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure aqui análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo”*. Construir a Universidade necessária é, antes de mais nada, disseminar entre os intelectuais o desprezo pelo saber fútil, pelo saber vazio. Precisamos cumprir nosso verdadeiro papel de ajudar o Brasil a se encontrar!

### Referências

CABAS, Antonio Godino. **Um retorno a Sócrates**. Curitiba: Criar, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 8. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Faculdades de direito ou fábrica de ilusões?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.



OURIQUES, Nildo. Ciência e Pós-Graduação na Universidade brasileira. *In*: OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir; TAVARES, Elaine (Orgs). **Crítica à razão acadêmica**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. As modulações do direito contemporâneo em um breve exercício de filosofia do direito. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, n. 51, 2010.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do “vale de lágrimas”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PINZANI, Alessandro. A coruja na gaiola. **Filosofazer**, n. 35, jul./dez., 2009.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

VASCONCELLOS, Gilberto. **Darcy Ribeiro**: a razão iracunda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.